



PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER
MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
MARCOS CATALAN
PABLO MALHEIROS
Coordenadores

DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

Tomo II

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Estamos vivenciando um intenso período de mudanças provocadas pela utilização de novas tecnologias. O impacto das alterações no modo de interagir com as pessoas, comprar produtos e serviços, aliado ao surgimento de novos bens e formas de compartilhamento, necessita de atenção da doutrina, especialmente pela velocidade com que tais mudanças chegam para apreciação no Poder Judiciário.

Em vários aspectos, as soluções analógicas oferecidas pela legislação vigente necessitam ser repensadas e funcionalizadas, sobretudo num contexto de ausência de regulação estatal (ou regulação insuficiente) sobre temas relativos à inteligência artificial, engenharia genética, novas moedas, privacidade e proteção de dados, ferramentas digitais de interação social e negócios, dentre tantos outros assuntos que constituem uma parcela crescente de nosso cotidiano.

A proposta deste livro segue as diretrizes já delineadas no TOMO I deste projeto: registrar as mudanças nos institutos do direito privado (e as perspectivas para os próximos anos) a partir do impacto das transformações tecnológicas que vivenciamos. Trata-se de uma iniciativa que busca congrega pesquisadores e profissionais do direito de todo o país, além de convidados estrangeiros, para que se possa apresentar um grande retrato do impacto da tecnologia no cotidiano dos sujeitos de direito, tanto em suas relações existenciais quanto em suas relações patrimoniais.

Área específica

DIREITO CIVIL

Áreas afins

FORMATO: 17 x 24 cm
CÓDIGO: 10003370

D598 Direito Civil e tecnologia/ Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Pablo Malheiros (Coords.). 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.

794p; 17 x 24cm

Tomo II

ISBN: 978-65-5518-432-7

1. Direito Civil. 2. Direito Digital. 3. Direito Eletrônico. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Malheiros, Pablo. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347.1

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coords.). *Direito Civil e tecnologia*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. t. II. 794p. ISBN 978-65-5518-432-7.

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de graduação e mestrado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br

MARCOS CATALAN

Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor na Pós-Graduação em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. Professor na Escola de Direito da Unisinos. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016).

E-mail: marcoscatalan@uol.com.br

PABLO MALHEIROS

Pós-doutorado em Direito na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Especialista em Direito Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UniSul). Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor Adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da mesma instituição. Diretor de Publicação do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Assessor Jurídico na Terracap (DF). Advogado.

E-mail: pablomalheiros07@gmail.com

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros 19

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros 21

PARTE I

DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS

UN ENSAYO DE LIBREPENSAMIENTO: AVANCES TECNOLOGICOS Y DERECHO CIVIL. LO QUE EL VIENTO NO PODRÁ LLEVARSE

Arturo Caumont 27

SOCIEDADE DO MEDO E SOCIALIZAÇÃO DOS RISCOS

Rodolfo Pamplona Filho, João Hora Neto 33

	Introdução	33
1	O século XXI e a objetivação da responsabilidade civil	35
2	Princípios da responsabilidade civil	37
3	Funções da responsabilidade civil	40
4	Sociedade de risco de Ulrich Beck	43
5	Mitigação dos pressupostos da responsabilidade civil na sociedade de risco	44
6	Sociedade do medo e os casos emblemáticos	47
6.1	Os casos das <i>fake news</i> e do <i>hate speech</i> e o risco digital	47
6.2	O caso do incêndio da Boate Kiss e o risco consumerista	48
6.3	Os casos de Mariana e Brumadinho e o risco ambiental	49
6.4	O caso da pandemia Covid-19 e o risco empresarial	51
7	Socialização dos danos e a sociedade pós-industrial	52
	Considerações finais	54
	Referências	56

DESAFIOS QUE AL DERECHO LE PRESENTAN LAS NUEVAS TECNOLOGIAS

Edgardo Ignacio Saux 59

1	Consideraciones generales	59
2	Algunas manifestaciones singulares de la incidencia de la tecnología en el Derecho Privado	63
2.1	Inteligencia artificial	64
2.2	La firma digital	66
2.3	Neurociencias y Derecho	68
2.4	Criptomonedas y blockchain	70
2.5	Big data, internet de las cosas	74
2.6	Títulos valores electrónicos	75
2.7	Internet y daños a la persona	77
2.8	Incidencia probatoria procesal	81
2.9	Las “fintech” o el ingreso tecnológico a los mercados financieros	82
2.10	La propiedad intelectual	84
2.11	Internet y el contrato de seguro	85
2.12	¿Patentabilidad de animales transgénicos?	85
3	La tecnología frente a la persona humana	87
4	La tecnología frente al contrato	92
5	Conclusiones	98
	Bibliografía	98

CIBERCRIME, INTERNET E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DE OLHAR PELA SOMBRA E NÃO SOBRE A SOMBRA

Emerson Wendt, Renata de Almeida Costa 103

	Introdução	103
1	A reconstrução dos direitos humanos a partir de uma percepção crítica de um novo contexto real: o ciberespaço	105

2	Direitos e deveres na e com base na internet no Brasil: Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados e direito fundamental de proteção de dados	114
2.1	A vertente criminalizatória e o caminho jurídico de estabelecimento de um marco civil da internet no Brasil	115
2.2	A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e a influência eurocêntrica e da globalização.....	117
2.3	Direito fundamental de proteção de dados pessoais e políticas voltadas à proteção dos direitos na internet.....	120
	Considerações finais.....	123
	Referências.....	125

JUSTIÇA E TECNOLOGIA: É NECESSÁRIA UMA NOVA IDENTIDADE PARA A ARQUITETURA FORENSE?

Patrícia Branco, Claudia Patterson	129	
Introdução	129	
1	Arquitetura forense	130
1.1	Breve enunciação	130
1.2	No Brasil: quadro atual.....	130
1.3	Em Portugal: quadro atual	132
2	A transformação digital da justiça antes da pandemia.....	133
2.1	Breve panorâmica	133
2.2	No Brasil	134
2.3	Em Portugal.....	136
3	Os tribunais durante a pandemia.....	137
3.1	Breve panorâmica	137
3.2	No Brasil	137
3.3	Em Portugal.....	138
4	Justiça e tecnologia: é necessária uma nova identidade para a arquitetura forense?	139
	Referências	141

PARTE II

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS RISCOS DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

Milton Pereira de França Netto, Marcos Ehrhardt Júnior	147	
1	Introdução	147
2	Inteligência artificial: definição, origem e vertentes	148
3	Aprendizado de máquina (<i>machine learning</i>).....	150
3.1	Aprendizado supervisionado (<i>supervised learning</i>).....	152
3.2	Aprendizado não supervisionado (<i>unsupervised learning</i>), semissupervisionado (<i>semi-supervised learning</i>) e por reforço (<i>reinforcement learning</i>)	153
4	Aprendizado profundo (<i>deep learning</i>)	154
5	Algoritmos, <i>big data</i> e mineração de dados (<i>data mining</i>)	154
6	Discriminação x diferenciação	156
7	Discriminação algorítmica	158
8	A LGPD e o disciplinamento da proteção de dados pessoais.....	165
9	Soluções complementares à LGPD	168
10	Conclusão	169
	Referências	170

CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RESPONSABILIDADE CIVIL

Gabrielle de O. Ferreira, Thiago Felipe S. Avanci.....	173	
1	Direitos Fundamentais e Inteligência artificial	173
2	Inteligência Artificial.....	174
3	Marcos normativos da inteligência artificial no Brasil.....	176
4	Contextualização da urgência normativa e potenciais hipóteses de responsabilidade	177
5	Responsabilidade civil e inteligência artificial	178
6	Temores por uma regulamentação excessiva	180
	Reflexões finais.....	181
	Referências	181

GOVERNANÇA DE DADOS E DEVIDA DILIGÊNCIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL E PREVENÇÃO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

José Luiz de Moura Faleiros Júnior, Michael César Silva	185
1 Notas introdutórias	185
2 A governança corporativa nos mercados ricos em dados: por que tanto se fala em <i>compliance</i> ?.....	186
3 A prevenção, a responsabilidade e a <i>accountability</i> como princípios expressos da LGPD e algumas notas sobre governança e boas práticas ¹⁹⁴	
4 A devida diligência como desdobramento virtuoso da proteção de dados pessoais.....	196
5 Considerações finais.....	199
Referências.....	200

RESPONSABILIDADE POR FALHAS ALGORÍTMICAS: REFLEXÕES SOBRE *ACCOUNTABILITY* E OS IMPACTOS JURÍDICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

José Luiz de Moura Faleiros Júnior	203
1 Introdução	203
2 Algoritmos de inteligência artificial e <i>accountability</i> : desafios da Quarta Revolução Industrial.....	204
3 A singularidade tecnológica no horizonte jurídico: como compatibilizar deveres em um período de transição?	210
4 Uma leitura funcional do tema: <i>data-informed duties</i> e o ecossistema de proteção de dados	215
5 Conclusão	224
Referências.....	224

DISCRIMINACIÓN ALGORÍTMICA: ANOTACIONES SOBRE LA PROTECCIÓN “PRO HOMINE” Y LA PREVENCIÓN DEL DAÑO DESDE LA PROPUESTA EUROPEA DE REGULACIÓN DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL 2021

Juan José Martínez Mercadal	231
1 La dignidad humana en tiempos de inteligencia artificial	231
2 La igualdad en tiempos de ciudadanía digital: el embate a la discriminación.....	233
3 Los sesgos en los procesos de toma de decisión	236
4 La Propuesta para de una Regulación Europea de Inteligencia Artificial de 21 de abril de 2021: la preocupación por los sesgos y la discriminación	238
5 Las previsiones específicas sobre discriminación en la Propuesta Europea de Regulación de la Inteligencia Artificial: el camino hacia la prevención y precaución	241
6 El Derecho Privado como parte de la solución y no del problema: Prevención y precaución de daños	246

EL IMPACTO DE LAS NEUROCIENCIAS Y LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA TEORÍA GENERAL DEL CONTRATO EN EL DERECHO ARGENTINO

Ricardo Sebastian Danuzzo	251
I Introduccion	251
II Las neurociencias y la economia del comportamiento	253
III Neurociencias y derecho	254
IV Contratos inteligentes o <i>smartscontracts</i>	256
V Su funcionamiento.....	256
VI Su principal característica	258
VII Ventajas y desventajas.....	258
VIII El impacto de las neurociencias y la inteligencia artificial en la teoría general del contrato	260

PARTE III

DIREITOS FUNDAMENTAIS, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA EXCLUSÃO DE PERFIS E PUBLICAÇÕES POR PROVEDORES DE REDES SOCIAIS VIRTUAIS: NOTAS SOBRE A EFICÁCIA HORIZONTAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO VIRTUAL

Rodrigo da Guia Silva, Marcela Guimarães Barbosa da Silva.....	267
1 Introdução	267

2	Desafios à tutela dos direitos fundamentais no contexto das redes sociais virtuais	269
3	Novas perspectivas da eficácia horizontal dos direitos fundamentais: a renovada importância das garantias processuais no âmbito da exclusão de perfis e publicações por redes sociais virtuais	275
4	Conclusão	283
	Referências	284

MENSAGENS E MENSAGEIROS: PRIVACIDADE E CONFIANÇA EM TEMPOS DE DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA

	Marco Antonio Lima Berberi, Joyce Finato Pires	289
1	Introdução	289
2	Avanços da tecnologia	290
3	Privacidade e mundo virtual	295
4	A privacidade em risco	297
5	Conclusão	299
	Referências	300

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E ANTIJURIDICIDADE

	Eduardo Luiz Busatta	303
1	Introdução	303
2	A violação à legislação na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): formas e fontes	305
3	A antijuridicidade e o dever de reparar danos	317
4	Conclusão	325
	Referências	326

DEFINIÇÃO DE PERFIS E O RISCO DE DISCRIMINAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA A TUTELA DA PESSOA NATURAL

	Jéssica Andrade Modesto, Marcos Ehrhardt Júnior	331
1	Introdução	331
2	A mineração de dados e a definição de perfis	332
3	O risco da discriminação decorrente da aplicação de perfis	334
4	A importância da LGPD e do GPDR para a mitigação da ameaça de discriminação	340
5	Conclusão	350
	Referências	352

LIBERDADE E PRIVACIDADE ANTE O CARÁTER ANÁRQUICO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO

	João Leonardo Müller Bastos, André Luiz Arnt Ramos	355
	Introdução	355
1	Liberdade e as múltiplas faces que a constituem	357
2	Privacidade e sua democratização por meio da necessidade social	359
3	<i>Big data</i> : os dados massivos que definem e direcionam sociedades	362
4	Transnacionalidade, o agir que permeia fronteiras	365
	Conclusão	367
	Referências	368

COMPLIANCE DIGITAL EM PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: A NECESSIDADE DE HUMANIZAÇÃO DA REGULAÇÃO DE DADOS NAS INSTITUIÇÕES

	Alexandre Barbosa da Silva, Phillip Gil França	371
	Introdução	371
1	Aspectos gerais da regulação da proteção de dados no Brasil	372
2	A importância da construção e da adequada manutenção de programas de integridade e de compliance nas instituições	380
3	A necessidade de humanização e de cuidado nos processos de tratamento de dados pelas instituições: breves sugestões para a implantação de um <i>compliance</i> de proteção de dados efetivo	383
	Conclusões	387
	Referências	387

INCLUSÃO DIGITAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

	Clara Cardoso Machado Jaborandy, Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar	389
1	Introdução	389
2	O direito fundamental à proteção de dados e a proteção jurídica das pessoas com deficiência no Brasil	390

3	A Lei Geral de Proteção de Dados e as vulnerabilidades. Inclusão digital e acessibilidade	396
4	O consentimento para tratamento de dados da pessoa com deficiência.....	399
5	Considerações finais.....	404
	Referências.....	405

O JULGAMENTO DO CASO AÍDA CURI NO RE Nº 1.010.606 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: PERSPECTIVAS E RUMOS SOBRE O DIREITO AO ESQUECIMENTO

Gabriela Buarque Pereira Silva	407
Introdução	407
1 Notas sobre o direito ao esquecimento	408
2 Direito ao esquecimento no Superior Tribunal de Justiça.....	412
3 O caso Aída Curi e o RE nº 1.010.606.....	414
Considerações finais.....	426
Referências.....	427

O USO DE DEEPPFAKE E O DIREITO À IMAGEM DE PESSOAS PÚBLICAS

Bruno de Lima Acioli, Erick Lucena Campos Peixoto	429
1 Notas introdutórias: o que é <i>deepfake</i> ?	429
2 Dos critérios jurídicos de definição da pessoa pública	432
3 Uso de <i>deepfake</i> e o direito à imagem	436
4 Liberdade de expressão, <i>deepfakes</i> e sátira.....	439
5 Considerações finais.....	443
Referências.....	445

A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO AO CONSUMIDOR FRENTE À ABUSIVIDADE DO USO INDEVIDO DOS DADOS PESSOAIS: AS LIGAÇÕES INCESSANTES E INDESEJÁVEIS DAS OPERADORAS DE TELEMARKETING

Mérian H. Kielbovicz, Luiz Gonzaga Silva Adolfo	447
1 Introdução	447
2 Breve panorama a respeito da responsabilidade civil nas relações consumeristas.....	448
2.1 A abusividade nas publicidades em relação aos consumidores na contemporaneidade	450
3 A proteção dos dados pessoais sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil nas relações de consumo.....	451
4 A proteção dos dados pessoais e a reparação cabível aos consumidores frente à abusividade no excesso de ligações realizadas pelas operadoras de <i>telemarketing</i>	455
5 Considerações finais.....	459
Referências.....	460

PARTE IV

IMPACTOS DA TECNOLOGIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES E SUCESSÓRIAS

O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL NO AMBIENTE DIGITAL

Ana Carolina Brochado Teixeira, Renata Vilela Multedo	465
Introdução	465
1 O exercício da autoridade parental no ambiente virtual.....	466
2 <i>Sharenting</i>	470
3 A responsabilidade dos pais perante o <i>cyberbullying</i>	475
Conclusão	479
Referências.....	480

CONVIVÊNCIA FAMILIAR POR MEIOS TECNOLÓGICOS

Débora Brandão, Fernanda Tartuce.....	483
1 Contextualização e relevância do tema.....	483
2 Conceito e fundamentos jurídicos da convivência familiar	484
3 Meios tecnológicos e convivência familiar.....	485
4 Definição judicial de convivência tecnológica durante a pandemia da Covid-19	489
5 Necessário diálogo sobre o modo de interação <i>on-line</i>	493
6 Considerações finais.....	495
Referências.....	496

TECNOLOGIA E ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL EM DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES – LIMITES E POSSIBILIDADES

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Caroline Pomjé 497

1	Introdução	497
2	Provimentos e resoluções do Conselho Nacional de Justiça: análise contemporânea das possibilidades extrajudiciais em matéria de família e sucessões	500
2.1	Do inventário, partilha, separação consensual e divórcio extrajudicial – Resolução nº 35, de 24.4.2007	501
2.2	Conciliação e mediação em ambiente notarial e registral – Resolução nº 125, de 29.11.2010, e Provimento nº 67, de 26.3.2018 ...	504
2.3	Casamento das pessoas do mesmo sexo – Resolução nº 175, de 14.5.2013.....	506
2.4	Reconhecimento voluntário e averbação da paternidade e maternidade socioafetivas – Provimentos nº 63, de 14.11.2017, e nº 83, de 14.8.2020	507
3	Conclusão	508
	Referências	510

A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Carla Froener Ferreira, Marcos Catalan..... 513

1	A título de introito: o espetáculo da vida.....	513
2	Famílias: arquitetura e movimento.....	515
3	A colonização da reprodução humana assistida pelo mercado: sobre felicidade, frustração e outros problemas mais graves	522
4	Na provisoriedade de uma conclusão: a volatilidade de vidas deixadas à deriva	527
	Referências.....	529

O DIREITO SUCESSÓRIO NA FECUNDAÇÃO HOMÓLOGA *POST MORTEM*

Ana Carolina Senna 533

	Introdução	533
1	Reprodução humana assistida e a presunção de paternidade	534
2	O direito de suceder e a fecundação <i>post mortem</i>	535
2.1	Fecundação <i>post mortem</i>	535
2.2	Direito de suceder do filho concebido <i>post mortem</i>	538
3	Análise sob a perspectiva do direito civil constitucional e projetos de lei sobre o tema.....	539
	Considerações finais.....	541
	Referências.....	542

IMPACTOS CIVIS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA DECORRENTE DE MATERIAL DOADO: O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA

Rita de Cássia Resqueti Tarifa Espolador, Juliana Carvalho Pavão 543

	Introdução	543
	Biodireito na contemporaneidade: os negócios biojurídicos	544
	Negócios envolvendo a reprodução humana assistida	546
	Doação de material genético.....	549
	Direito à identidade genética e suas controvérsias	550
	Conclusão	554
	Referências.....	555

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E AS DIFICULDADES NA SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS VINTE E QUATRO PROJETOS DE LEI QUE TRAMITAM NO CONGRESSO NACIONAL

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto 557

	Introdução	557
1	Um panorama geral sobre a reprodução humana assistida na contemporaneidade: suas finalidades e técnicas disponíveis	558
2	Resoluções do Conselho Federal de Medicina: a reprodução humana assistida e a sua regulamentação deontológica.....	565
3	Os projetos de lei brasileiros sobre as técnicas de reprodução humana assistida: leis que não saem do papel	575
3.1	PL nº 2.855/1997	579

3.2	PL nº 1.135/2003	580
3.3	PL nº 1.184/2003	581
3.4	PL nº 2.061/2003	581
3.5	PL nº 4.892/2012 e PL nº 115/2015 (Estatuto da Reprodução Humana Assistida)	582
	Considerações finais	583
	Referências	587

**O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DO CRISPR-CAS9:
A (IM)POSSIBILIDADE DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA
NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PARENTALIDADE A PARTIR DA EDIÇÃO
GENÉTICA**

	Carlos Henrique Félix Dantas	593
	Introdução	593
1	A descoberta do CRISPR-Cas9 como ferramenta de edição genômica e o uso da tecnologia em seres humanos: dilemas éticos emergentes	596
2	A crítica habermasiana: autonomia privada e a instrumentalização da espécie humana ante os avanços da biotecnologia reprodutiva ..	604
3	Desafios do biodireito na proteção da diversidade no patrimônio genético humano	607
3.1	Instrumentos para a proteção do patrimônio genético humano	608
3.2	Limites à autonomia na construção do projeto de parentalidade	611
	Considerações finais	615
	Referências	617

**TRANSMISSIBILIDADE SUCESSÓRIA DO ACERVO DIGITAL DE QUEM FALECE:
CRÍTICA AOS PROJETOS DE LEI SOBRE O TEMA**

	Pablo Malheiros da Cunha Frota, João Aguirre	621
1	Introdução	621
2	Função do direito sucessório, categorização jurídica do acervo digital e a discussão sobre os bens que compõem o objeto da herança	624
3	Pressupostos para o diálogo entre a RAC e o direito civil na legalidade constitucional	641
4	Crítica aos PLs sobre a transmissibilidade do acervo digital	655
5	Conclusão	681
	Referências	681

PARTE V

**RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PATRIMONIAIS DIANTE DAS NOVAS
TECNOLOGIAS**

**LOCAÇÕES IMOBILIÁRIAS POR PLATAFORMAS DIGITAIS EM CONDOMÍNIOS
RESIDENCIAIS: DA PROIBIÇÃO À REGULAMENTAÇÃO**

	Gabriel Honorato, Rogério Coutinho Beltrão	687
1	Notas introdutórias	687
2	A natureza jurídica das locações por meio de aplicativos e plataformas digitais	689
3	Como resolver o problema das locações por aplicativos nos condomínios residenciais?	698
4	Notas conclusivas	702
	Referências	704

O PRELÚDIO DO DIREITO EMPRESARIAL NO SÉCULO XXI

	José Barros Correia Júnior	707
1	Introdução	707
2	Um direito empresarial oitocentista em pleno século XXI	707
3	E nasce o século XXI para o direito empresarial	709
3.1	Registro empresarial	710
3.2	Direito societário	710
3.3	Direito recuperacional e falimentar	712
3.4	Direito marcário	713
3.5	Direito cambial	714
4	Conclusão	715
	Referências	716

A EFICÁCIA PREVENTIVA NA ESTRUTURAÇÃO DAS *STARTUPS* SOB À ÓTICA DA TEORIA FEIXE DE CONTRATOS

Mérian Kielbovicz, Luiz Gonzaga Silva Adolfo	717	
1	Introdução	717
2	O surgimento das <i>startups</i>	718
2.1	Breve panorama das <i>startups</i> no Brasil	719
3	Apontamentos a respeito da teoria feixe de contratos	722
3.1	A prevenção e eficácia na estruturação das <i>startups</i> baseada na teoria feixe de contratos	725
4	Considerações finais	729
	Referências	730

CONTRATOS A DISTANCIA: A SEIS AÑOS DE SU REGULACIÓN EN EL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE ARGENTINA. SITUACIÓN ACTUAL Y PERSPECTIVAS

Andrés F. Varizat	733	
I	Los contratos a distancia en el derecho de Argentina	733
II	Regulación en el Código Civil y Comercial del año 2015	733
III	Situación de los contratos a distancia al momento de su regulación en el CCC	736
IV	Situación actual de los contratos a distancia	738
V	Un problema de renovada actualidad: la protección de la parte <i>débil</i> en los contratos a distancia	739
1	La protección a través de la obligación de información: problemas prácticos	739
1.1	La falta de cumplimiento de estas normas	741
1.2	La exigencia de un modelo de consumidor con capacidad de <i>análisis crítico</i>	741
1.3	Referencia al derecho europeo y la crítica al modelo del consumidor <i>racional</i>	742
1.4	Las prácticas comerciales abusivas que afectan las decisiones de los consumidores	743
2	La protección mediante un mejor control de las prácticas comerciales <i>abusivas</i>	744
2.1	Un argumento empírico de importancia: la gran “ <i>zona oscura</i> ” de infracciones no reclamadas	745
2.2	Conclusiones	746

CONTRATOS EN TIEMPOS DE AISLAMIENTO. LOS CONTRATOS ELECTRÓNICOS

José Fernando Márquez	749	
I	El aislamiento y el mundo digital	749
1	El mundo en la edad digital	749
2	Aislamiento y comunicaciones digitales	750
II	Los instrumentos digitales	752
1	La regulación de la instrumentación digital. La normativa argentina	752
	a) Las regulaciones en otros derechos	752
	b) Los instrumentos digitales en el derecho argentino	753
2	Tres principios que rigen la instrumentación digital de datos	754
	a) Nuevos medios, mismas reglas	754
	b) El principio de permanencia del derecho preexistentes	754
	c) El principio de equivalencia funcional o no discriminación	754
	d) El principio de buena fe	755
3	Instrumento escrito e instrumento digital	756
	a) Igualdad de tratamiento	756
	b) La Ley de Firma Digital argentina (LFD)	756
	c) El Código Civil y Comercial argentino	757
4	Firma manuscrita y firma digital. Instrumentos firmados y no firmados	757
	a) El requisito de la firma	757
	b) La Ley de Firma Digital argentina	758
	1) Firma manuscrita y firma digital	758
	2) Firma electrónica y firma digital	758
	3) Firma digital y firma electrónica en la LFD	760
	c) La firma en el Código Civil y Comercial. Instrumentos particulares, firmados y no firmados	761
5	Instrumentos originales digitales y archivos digitales	762

III	Contratos electrónicos	762
1	El comercio electrónico	762
2	Contrato electrónico. Régimen legal aplicable.....	763
	a) Concepto	763
	b) Los principios de la contratación electrónica	764
3	Contratos celebrados en entornos cerrados y en entornos abiertos .	764
4	Firma digital y firma electrónica. Contratos celebrados en instrumentos particulares firmados y no firmados	765
5	Momento de perfección del contrato	766
	a) El problema	766
	b) El sistema de la recepción del mensaje de datos como principio	766
	c) La Ley Modelo UNCITRAL	767
	d) La aplicación al derecho argentino	768
6	El aviso de recibo	768
	a) La necesidad de aviso de recepción	768
	b) La legislación que impone el aviso de recepción	769
7	La confirmación del envío del mensaje	770
8	Conclusiones	771
	Bibliografía	771

EL *DROP SHIPPING* EN LA ECONOMÍA DIGITAL

	Jorge Feliu Rey, Teresa Rodríguez de Las Heras Ballell.....	773
I	Concepto y funciones del <i>drop shipping</i>	773
II	Operativa y estructura funcional del <i>drop shipper</i>	776
III	Las obligaciones del <i>drop shipper</i>	777
IV	Las obligaciones del intermediario.....	779
V	El encaje del <i>drop shipping</i> en los contratos de colaboración: ajustes y desajustes	780
VI	<i>Drop shipping</i> y transmisión de la propiedad	783
	Bibliografía	784
	SOBRE OS AUTORES.....	787